

Copom interrompe choque de juros, mas não indica cortes

BC mantém taxa Selic em 13,75% e interrompe o mais longo ciclo de alta dos juros

Ao todo, foram 12 aumentos consecutivos, entre março de 2021 e agosto deste ano; dois diretores votam por ajuste de 0,25 ponto

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central decidiu nesta quarta-feira (21) manter a taxa básica de juros (Selic) em 13,75%, interrompendo o seu mais longo ciclo de aperto monetário.

O colegiado do BC indicou também que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que "não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado".

"O comitê se manterá vigilante, avaliando a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período suficiente e prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação", afirmou.

A decisão não foi unânime. A diretora de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativas, Fernanda Guarado, e o diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução, Renato Gomes, votaram por uma alta residual de 0,25 ponto percentual na Selic.

A taxa básica de juros, que partiu de seu piso histórico —2% ao ano—, chega ao fim do ciclo no mais alto patamar em quase seis anos. De outubro a novembro de 2016, durante o governo de Michel Temer (MDB), a taxa de juros estava fixada em 14% ao ano.

Ao todo, foram 12 aumentos consecutivos entre março de 2021 e agosto deste ano, com elevação acumulada de 11,75 pontos percentuais.

O atual choque de juros é também o mais forte desde a adoção do regime de metas para inflação, em 1999. Na época, a taxa básica saltou de 25% para 4% ao ano.

Com a decisão, o Brasil ocupa a posição de país com a maior taxa real de juros ao ano, descontada a projeção de inflação para os próximos 12 meses, segundo o ranking elaborado pelo portal Money e pela gestora Infinity Asset Management. A lista tem 40 países (leia texto na pág. A21).

Até fevereiro deste ano, o Brasil estava no topo do ranking, mas foi ultrapassado pela Rússia em março, após o forte aumento de juros no país em meio à Guerra da Ucrânia. Em maio, quando o Banco Central russo cortou a taxa de 20% para 14% ao ano, o Brasil voltou ao topo da lista.

Maurício Oreng, superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander, classificou a decisão do BC como uma "parada hawkish", ou seja, acompanhada de um discurso mais duro, mas disse ver a manutenção da Selic no atual patamar como o cenário mais provável.

"Exceto por um choque muito grande, que pode ser [no preço das] commodities, por exemplo, eu tendo a acreditar que a resposta do BC vai ser manter o juro parado por muito tempo", disse.

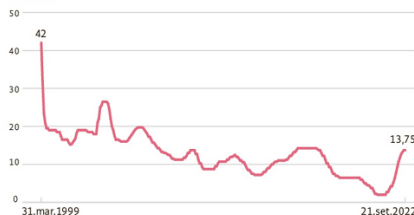
Para Rafael Cardoso, economista-chefe da Daycoval Asset, a indicação do BC de que não tem certeza de que o próximo movimento é de queda dos juros é o ponto mais relevante do comunicado. Ele também destaca a divergência entre os membros do colegiado com visões de alta, o que não ocorria desde 2016.

Na avaliação do especialista, o BC deu um "passo além" em direção a uma mensagem mais incisiva.

A decisão do Copom veio em linha com a expectativa maio-

Taxa básica de juros (Selic)

Em % ao ano



Fontes: Bloomberg e Banco Central

“Exceto por um choque muito grande, que pode ser [no preço das] commodities, por exemplo, eu tendo a acreditar que a resposta do BC vai ser manter o juro parado por muito tempo”

Maurício Oreng, superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander

ritária do mercado financeiro. Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que a maioria dos analistas esperava que a Selic fosse mantida em 13,75%, enquanto parcela menor projetava um ajuste residual de 0,25 ponto percentual.

Desde o encontro anterior do colegiado, em agosto, as projeções de inflação arrefeceram tanto para este ano quanto para o próximo. No período, também houve queda no preço do barril de petróleo no mercado internacional.

No cenário de referência do Copom, as projeções de inflação caíram de 6,8% para 5,8% neste ano e se mantiveram em 4,6% para 2023. Para 2024, o colegiado elevou a previsão de 2,7% para 2,8% (ainda abaixo do centro da meta, de 3%). Em seu panorama, adotou a hipótese de bandeira tarifária verde em dezembro deste ano.

"O comitê julga que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual", disse. No balanço de riscos, o BC vê fatores de risco para a inflação. Entre as condições que puxariam os preços para cima, o Copom destacou a persistência das pressões inflacionárias globais, a incerteza sobre a situação fiscal do país e a pressão vinda do mercado de trabalho.

Na direção contrária, indicou a queda adicional dos preços das commodities internacionais, uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada e a manutenção dos cortes de impostos projetados para serem revertidos em 2023.

Apesar das revisões recentes da inflação para baixo, as projeções continuam distantes das metas perseguidas pelo BC para 2022 e 2023 —fixadas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) em 3,5% e 3,25%, respectivamente, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

O objetivo deste ano já foi abandonado pela autoridade monetária, que disse no mais recente relatório trimestral de inflação, em junho, ver 100% de risco de estouro da meta em 2022. Dada a deflagração dos efeitos da alta de juros na economia, o colegiado toma sua decisão buscando a convergência da inflação "para o redor da meta" no ano que vem e, em menor grau, em 2024.

Nas últimas semanas, as estimativas do mercado para a inflação de 2024 começaram a se deteriorar e avançaram para 3,5%, ante 3,3% na reunião anterior do Copom, se afastando de forma precoce do centro da meta (3%).

O Copom volta a se reunir nos dias 25 e 26 de outubro, às vésperas de um eventual segundo turno das eleições.

Investimentos em renda fixa permanecem atrativos

FOLHAINVEST

Clayton Castelani

SÃO PAULO Investimentos em renda fixa permanecem entregando rendimentos elevados, mesmo com a manutenção dos juros básicos da economia. A perspectiva de desaceleração da inflação do país é o que amplia a vantagem dessas aplicações, mostram estimativas do buscador financeiro Yubb.

Debêntures incentivadas e as LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio) oferecem os melhores retornos, de acordo com o levantamento. Além de favorecidos pelos juros elevados e perspectiva de queda da inflação, essas aplicações possuem isenção do IR (Imposto de Renda).

Diferentemente de levantamentos anteriores, nenhuma aplicação de renda fixa mapeada pelo Yubb oferece rendimento negativo, ou seja, inferior à expectativa de inflação.

Isso inclui CDBs oferecidos por grandes bancos e até mesmo a poupança. Investimento mais popular do país, a caderneta entregava em agosto um retorno negativo de 0,99%, segundo o levantamento anterior do Yubb.

A remuneração é de 0,5% ao mês sempre que a Selic estiver acima de 8,5% ao ano. Já quando a taxa básica é de até 8,5%, o rendimento da caderneta equivale a 70% da Selic.

Na comparação entre os investimentos, o Yubb considerou a nova taxa de juros, as regras de cada aplicação e descontou a inflação estimada de 6% para este ano pela pesquisa Focus do Banco Central da segunda-feira (19), além de aplicar o IR nos casos em que há tributação.

Em agosto, a expectativa para a inflação era de 7,15%, também de acordo com a pesquisa do Banco Central.

Quando comparada à renda variável, apenas a caderneta de poupança tem rendimento bruto inferior ao entregue pelo principal índice de ações do país, o Ibovespa, que sobe 6,79% neste ano.

"Com a taxa Selic permanecendo alta para fins de controle inflacionário, seguindo a linha de outros bancos centrais ao redor do mundo, continuamos a ver bastante atratividade por parte de investimentos em renda fixa", comentou Bernardo Pascowitch, fundador do Yubb. "É importante que os investidores aproveitem o momento atual para diversificação", disse.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 20